

**FACULDADE DE TECNOLOGIA PORTO DAS MONÇÕES
FAMO**

**COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO -
CPA**

**PROJETO DE AVALIAÇÃO
INSTITUCIONAL**

PORTO FELIZ

2015-2018

Sumário

Apresentação	03
Parte I – Identidade	04
1. Introdução	04
1.1. <i>Histórico – Origem e desenvolvimento</i>	04
1.2. <i>O município</i>	04
2. Entidade Mantenedora	09
2.1. <i>Entidade Mantenedora</i>	09
2.2. <i>Entidade Mantida</i>	09
2.3. <i>Mantenedores</i>	10
3. Instituição	10
3.1. <i>Missão</i>	10
3.2. <i>Dirigentes</i>	11
3.3. <i>Órgãos colegiados</i>	11
3.4. <i>Organograma da FAMO</i>	11
Parte II – Projeto de Avaliação Institucional da FAMO	14
1. Introdução	14
2. Missão da Avaliação Institucional da FAMO	15
3. História da Avaliação Institucional	15
4. Objetivos da Avaliação Institucional	17
5. Fundamentos	17
6. Fundamentação Teórico- Metodológica	17
6.1 <i>Organização e métodos da avaliação iluminativa</i>	17
7. Proposta atual do projeto de Avaliação Institucional da FAMO	21
7.1. <i>Considerações Iniciais</i>	21
7.2. <i>Objetivos da CPA</i>	22
7.3. <i>Regulamentos da CPA</i>	22
8. Objetivos da Avaliação Institucional	22
8.1. <i>Objetivos Gerais – SINAES</i>	22
8.2. <i>Objetivos Específicos do Projeto de Avaliação da FAMO</i>	23
9. Fundamentos	23
10. Procedimentos metodológicos	25
10.1. <i>Eventos Externos</i>	25
10.2. <i>Eventos Internos</i>	25
10.3. <i>Formulações no processo a partir das Dimensões do SINAES</i>	26
10.3.1. <i>Momento de estudo das dimensões e levantamento de propostas</i>	26
10.3.2. <i>Momento de Consolidação e Validação das propostas</i>	27
10.3.3. <i>Áreas e setores envolvidos no processo</i>	28
10.3.4. <i>Natureza das propostas</i>	28
11. Proposta Síntese do Projeto de Avaliação Institucional	28
11.1. <i>Processos, projetos e ações da CPA</i>	28
11.2. <i>Propostas avaliativas complementares – RN1</i>	29
11.3. <i>Informações Complementares</i>	29
11.3.2. <i>O espaço da Avaliação Institucional como locus de estudos e pesquisas</i> ..	29
12. Considerações em processo	31
Bibliografia	32
Documentos e Leis	33

Apresentação

Este documento tem por finalidade apresentar o Projeto de Avaliação Institucional da Faculdade de Tecnologia Porto das Monções, após a revisão, decorrente da Lei nº 10.861, de 14/04/2004, que implanta o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e em continuidade ao processo de avaliação, elaborado pela atual CPA, sob coordenação da Profa. Dra. Sonia Sueli Berti Santos.

Apresenta-se da seguinte maneira:

Parte I – Identidade Institucional

Parte II – Projeto de Avaliação Institucional.

Na primeira parte, resumem-se informações gerais sobre a Entidade Mantenedora e sobre a FAMO, para que o leitor possa situar as propostas contidas na segunda parte do documento, cujo objetivo é o de expor detalhadamente o Projeto de Avaliação Institucional da FAMO. A preocupação fora de esclarecer toda a trajetória percorrida pelo processo já existente na Instituição, anterior ao SINAES. Na sequência do documento, registra-se o processo de reformulação da proposta anterior em suas etapas de análises e procedimentos metodológicos que culminam com a definição de um projeto ampliado e enriquecido pelas diretrizes e orientações do Sistema Nacional de Avaliação na Educação Superior – SINAES e pelo amadurecimento da experiência vivida na prática.

Parte I – Identidade

1. Introdução

1.1. Histórico - origem e desenvolvimento

Para que seja elaborado um projeto de Avaliação Institucional visando a atender a uma população específica, é necessário que seja traçado um mapa com as condições sócio-econômicas e culturais dessa mesma população, levando-se em conta não apenas o seu contexto histórico, mas a realidade física em que está inserida. Com base nessas informações, fica mais fácil entender e atender às expectativas e interesses dos habitantes, mas deve ser enfatizado que, se esta população estiver longe dos grandes centros, com certeza suas carências serão maiores, dada a influência da sua infraestrutura urbana que atinge diretamente as áreas de saúde e educação. Sua concepção surgiu da necessidade regional em criar os mecanismos pertinentes ao desenvolvimento econômico e social e tem como ponto de partida o cerne de sua missão. Seu desenvolvimento está planejado de forma a praticar o ensino, a extensão e, futuramente, a pesquisa por meio da prática responsável e social das atividades que pretende desenvolver. A FAMO tem como objetivo principal para o planejamento e gestão institucional o equilíbrio na relação entre projeto acadêmico, acadêmico-administrativo e administrativo propriamente dito, visando a propiciar a máxima articulação entre administrativo e acadêmico de forma sistemática e contínua.

Essa articulação será possibilitada por um processo avaliativo que traga a fala da IES como um todo. A partir de relatórios a CPA elaborará documentos que servirão de aporte para a gestão consciente e participativa da FAMO, criando-se assim, uma cultura avaliativa que visará ao aperfeiçoamento contínuo da FAMO, atentando para suas potencialidades e melhorando suas fragilidades.

1.2. O município

A concepção da FAMO surgiu da necessidade regional em criar os mecanismos pertinentes ao desenvolvimento econômico e social e tem como ponto de partida o cerne de sua missão. Seu desenvolvimento está planejado de forma a praticar o ensino, a extensão e, futuramente, a pesquisa por meio da prática responsável e social das atividades que pretende desenvolver. A FACULDADE DE TECNOLOGIA PORTO DAS MONÇÕES tem

como objetivo principal para o planejamento e gestão institucional o equilíbrio na relação entre projeto acadêmico, acadêmico-administrativo e administrativo propriamente dito, visando a propiciar a máxima articulação entre administrativo e acadêmico de forma sistemática e contínua.

O município de Porto Feliz foi fundado em 13 de outubro de 1797, mas sua história começa em 1693 com as monções. Localiza-se a 110 Km da capital, no interior do estado de São Paulo próximo à Sorocaba que é, então, sua referência. Tem em seus limites, as cidades de Tietê, Capivari, Salto, Itu, Cerquilha e Sorocaba. Segundo os dados sensíveis da Administração Municipal, conta com uma população em torno de 51.000 habitantes. Segundo o Diagnóstico Econômico de Porto Feliz elaborado pela Universidade Federal de São Carlos, comparando os resultados da Região Administrativa (RA) e Região de Governo (RG), "Porto Feliz apresentou nas últimas décadas um crescimento populacional (2,47% ao ano) superior à média do estado (1,90%). O crescimento no município superou ligeiramente também a taxa registrada na RA (2,41%), mas foi inferior ao observado na RG (2,95%). Embora o crescimento da população em Porto Feliz tenha sido mais intenso do que no estado, a trajetória de transição demográfica, marcada pela redução da natalidade e desaceleração do crescimento, não deixou de ser registrada tanto no município quanto na região de Sorocaba... No período mais recente de 2000 a 2005, estima-se que a população de Porto Feliz tenha se expandido a um ritmo anual de 1,79%, taxa mais próxima da média estadual (1,56%) do que da RG de Sorocaba (2,40%)." (CORTEZ, 2006)

Este fenômeno é acompanhado da necessidade de desenvolvimento da educação que fomentem a atividade profissional ao longo do tempo. Sobre a educação, os dados levantados pela Universidade Federal de São Carlos apontam que "Os indicadores de escolaridade da população mais recentes disponíveis em nível municipal são provenientes do último Censo Demográfico, realizado no ano 2000. São informações, portanto, um tanto defasadas. No entanto, como o nível de instrução de uma população reflete o resultado de esforços realizados cumulativamente ao longo do tempo, esses indicadores estão sujeitos a um certo grau de inércia. Apesar da defasagem, sua análise é, portanto, útil para se compreender aspectos mais estruturais da questão, como o grau de qualificação da força de trabalho.

Em 2000, os indicadores de nível de escolaridade de Porto Feliz situavam-se preocupantemente abaixo da média estadual e das regiões de governo e administrativa. Diferença ainda maior transparece da comparação com o município de Sorocaba, cuja média de anos de estudo chegava a 7,96 anos.

O quadro não melhora quando se considera a proporção da população de 25 anos ou mais que não completou o ensino fundamental. Mais de 2/3 dos habitantes de Porto Feliz nessa faixa etária não haviam concluído oito anos de estudo. A proporção da população com baixo nível de escolaridade excede em 24% a média estadual, em 13% a da RG e em 6% a da RA." (CORTEZ, 2006)

A Rede Municipal de Educação é constituída por: quatro creches que atendem no total 386 crianças; nove Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI) contando com 1266 alunos, nove Escolas Municipais de Educação Fundamental Emergencial Rural (EMEFER), além de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Prof^a Luiza Carvalho Pires, tendo um total de 1686 alunos. (Prefeitura do Município de Porto Feliz)

Conta também com oito Escolas Estaduais e cinco Instituições Particulares de Ensino.

Mesmo sendo uma cidade com pequena densidade demográfica, a preocupação com a educação é manifestada pela FACULDADE DE TECNOLOGIA PORTO DAS MONÇÕES, tendo em vista o entendimento por parte desta de que a evolução social e humana se dá exclusivamente pelos mecanismos do ensino em todos os níveis, especificamente o superior.

Entendendo a Faculdade que a educação superior é instrumento de alavancagem do desenvolvimento humano, social e empresarial, a identificação das necessidades organizacionais regionais também se faz premente, haja vista a relação íntima entre o ensino e a prática profissional.

Nos moldes analisados pela Universidade Federal de São Carlos, em seu diagnóstico regional, "Os dados de emprego formal provenientes da RAIS confirmam que a indústria e, em menor medida, a agricultura, têm maior importância em Porto Feliz do que no estado e na região em que o município está inserido. Dos 8.125 empregos formais registrados em Porto Feliz em 2004, a indústria foi responsável por 41% e a agricultura, por 16%. Essas proporções são bem mais altas do que as encontradas no estado (23% na indústria e 3,8% na agricultura), na RG (35% e 3,5%, respectivamente) e em Sorocaba (34% e 0,3%). A diferença é menor em relação ao emprego industrial em Boituva (38% do total), mas muito expressiva no que se refere à agricultura (5%). Os dados da RAIS confirmam também a menor importância do comércio em Porto Feliz. No município, este ramo de atividade detém uma parcela de 24% do emprego formal, bem menos do que no estado (43%), na RG (40%), em Sorocaba (43%) e mesmo em Boituva (39%).

O cálculo de quocientes locacionais reforça a avaliação da especialização relativa de

Porto Feliz nas atividades industrial e agrícola. O município apresenta proporções do emprego na indústria e na agricultura 77% e 310% maiores, respectivamente, do que a média do estado. Vale notar que no caso da indústria o padrão de especialização de Porto Feliz é, apesar de mais acentuado, semelhante ao da região e de alguns municípios adjacentes. Já a especialização agrícola é muito mais forte mesmo do que a da RA, que inclui cidades de porte muito menor do que Porto Feliz.” (CORTEZ, 2006)

A atividade industrial, segundo dados da Prefeitura Municipal, conta com aproximadamente 110 indústrias, com focos nas metalúrgicas, químicas, de papel e papelão e têxteis.

“A localização do município privilegia a instalação de indústrias. Situado a 110 km da região metropolitana de São Paulo, é beneficiado por importantes rodovias, como a Marechal Rondon.

Além de contar com um distrito industrial localizado na Rodovia Castelo Branco - km 97, a Prefeitura Municipal está implantando um segundo distrito industrial.” (Prefeitura do Município de Porto Feliz)

Além da atividade industrial, conta também com o setor agrícola e apresenta um grau diversificado de atividades. “É o terceiro produtor de uva Niágara Rosada do estado de São Paulo. Há também as culturas de laranja e hortifrutigranjeiros. A cidade ainda possui tradição na pecuária, principalmente a de gado de corte, não se esquecendo da produção de leite. Destaca-se também a criação de eqüinos com vários haras e uns dos maiores centros de treinamento da América Latina, situado no Bairro Tabarro” (Prefeitura do Município de Porto Feliz)

Outra atividade que colabora com a economia municipal é a avicultura, com destaque à produção de ovos e frangos.

“Além de uma taxa de crescimento mais modesta e da ocupação de uma menor proporção da população em empregos formais, o mercado de trabalho de Porto Feliz apresenta, de acordo com os dados da RAIS, uma outra deficiência: a escassez de oferta de empregos bem remunerados.” (CORTEZ, 2006)

Entendendo, então, sua responsabilidade em colaborar com o desenvolvimento industrial, agrícola e têxtil da região, a faculdade disponibilizará à comunidade os recursos necessários à boa formação profissional, contribuindo, assim, para o desenvolvimento do indivíduo, em nível de graduação e de pós-graduação *lato e stricto sensu*, nas organizações que por ali estão instaladas, do município e, por fim, com o da própria Nação

Mesmo sendo uma cidade com média densidade demográfica, a preocupação com a educação é manifestada pela FAMO, tendo em vista o entendimento por parte desta de que a evolução social e humana se dá exclusivamente pelos mecanismos do ensino em todos os níveis, especificamente o superior. Entendendo a Faculdade que a educação superior é instrumento de alavancagem do desenvolvimento humano, social e empresarial, a identificação das necessidades organizacionais regionais também se faz premente, haja vista a relação íntima entre o ensino e a prática profissional.

Nos moldes analisados pelo IBGE, em seu diagnóstico regional, “Os dados de emprego formal confirmam que o setor de comércio e serviços, tem maior importância em Francisco Morato do que no estado e na região em que o município está inserido. Dos 30 mil empregos formais registrados em Francisco Morato em 2005, o setor de comércio e serviços representam mais de 55%, enquanto a indústria foi responsável por 10% e a agricultura, por 2%. Essas proporções são menores do que as encontradas no estado (23% na indústria e 3,8% na agricultura), na RG (36% e 3,5%, respectivamente). Os dados da RAIS confirmam, também, a grande importância do comércio e serviços em Francisco Morato. No município, este ramo de atividade detém uma parcela de 60% do emprego formal, bem maior do que no estado (43%), na RG (40%).

O cálculo de quocientes locacionais reforça a avaliação da especialização relativa de Francisco Morato nas atividades de comércio e serviços e em menor escala micro e pequenas indústrias. A cidade conta hoje com 280 lojas, 303 açougues, 245 mercearias, 200 lojas de materiais de construção, 70 de autopeças, 23 livrarias, 20 bancas de jornais, 53 farmácias, 9 postos de gasolinas, 34 depósitos de gás, 1070 bares, restaurantes e lanchonetes e padarias, 472 bazares e armarinhos, 24 indústrias, 2 casas lotéricas, 7 clínicas médicas. Na área educacional os números são bastante evolutivos: 18 escolas e pré-escolas particulares, 10 escolas de ensino profissionalizantes, 16 escolas municipais de ensino fundamental com 12 mil alunos, 18 escolas estaduais com 28 mil alunos e 22 escolas de educação infantil. No momento não tem nenhuma escola de educação superior, a Faculdade de Francisco Morato será a primeira no município a oferecer curso superior com qualidade e atendendo a demanda reprimida da cidade que conta hoje com uma população informal de quase 200 mil habitantes. (Dados da Prefeitura de Francisco Morato, 2007).

A localização do município privilegia a instalação de indústrias. Situado a 45 km da região metropolitana de São Paulo, é beneficiado por importantes rodovias, como a Tancredo de Almeida Neves, Manoel Silveira Pinto e Ferrovia Santos a Jundiaí, operada pela CPTM. Neste contexto, a cidade conta também com a aproximação das principais rodovias do Estado; a Rodovia Anhanguera, Castelo Branco e Dom Pedro. O maior

problema é sua pequena área geográfica e seu terreno ser muito acidentado. Além de toda a atividade econômica, Francisco Morato também se insere num contexto regional cultural. Sua proximidade com as cidades de São Paulo, Jundiaí e Campo Limpo Paulista traz uma vida cultural premente para a cidade.

Entendendo, então, sua responsabilidade em colaborar com o desenvolvimento econômico e cultural da região, a FAMO disponibilizará à comunidade os recursos necessários à boa formação profissional contribuindo, assim, para o desenvolvimento do indivíduo, nas organizações que por ali estão instaladas, do município e, por fim, com o da própria Nação. Isso tudo, associado à visão empreendedora, certamente colocará a FAMO no rol das instituições de ensino superior dedicadas à prática ética do ensino, com qualidade e atendimento as necessidades do mercado local e regional.

2. Entidade Mantenedora

2.1. Entidade Mantenedora

INSTITUTO SUPERIOR DE ENSINO MOINHO VELHO LTDA, uma sociedade civil com fins lucrativos e quotas de responsabilidade limitada, registrada na CNPJ sob número 07.728.079/0001-10, com sede e foro na cidade de Porto Feliz.

Rua Constantino Guarini, 150
Porto Feliz, São Paulo
CEP – 18540-000

2.2. Entidades Mantidas

Faculdade de Tecnologia Porto das Monções

Av. Monsenhor Seckler, 1250
Vila América, Porto Feliz - São Paulo
CEP - 18540-000

2.3. Mantenedores

Prof. Dr. Nelson Gentil – Doutor em Matemática pelo Mackenzie em 1992.
Sr. Romeu Castelucci Neto

A Faculdade de Tecnologia Porto das Monções credenciada pela Portaria 290 de 22 de março de 2011 teve sua concepção advinda da necessidade regional em criar os mecanismos pertinentes ao desenvolvimento econômico e social e tem como ponto de partida o cerne de sua missão. Seu desenvolvimento está planejado de forma a praticar o ensino, a extensão e a pesquisa por meio da prática responsável e social das atividades que desenvolve. A Faculdade de Tecnologia Porto das Monções – FAMO tem como objetivo principal para o planejamento e gestão institucional o equilíbrio na relação entre projeto acadêmico, acadêmico-administrativo e administrativo propriamente dito, visando a propiciar a máxima articulação entre administrativo e acadêmico de forma sistemática e contínua.

Iniciou suas atividades em 2011, com três cursos tecnológicos, Marketing, Logística e Recursos Humanos, hoje conta com o curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, Engenharia da Produção e Engenharia Civil.

Está em processo de Unificação de Manutenção protocolado no sistema e-MEC sob no. 201110507, desde 12/07/2011, sendo o Instituto de Ensino Superior Moinho Velho, LTDA – ME, CNPJ: 07.728.079/0001-10, na pessoa do Prof. Dr. Nelson Gentil o representante da Mantenedora adquirente da Mantenedora Cedente SOCIEDADE EDUCACIONAL FREI GALVAO LTDA – ME, CNPJ: 10.361.151/0001-29, que tem como representante legal o Prof. Dr. Nelson Gentil a Mantenedora Cedente e cuja IES cedida é a Faculdade de Porto Feliz, código 13796.

3. Instituição¹

3.1. Missão

Considerando seu perfil, a missão da FAMO é formulada com base nas idéias que constituem suas forças vitais:

Para cada objetivo da Instituição, descrevemos a seguir as metas planejadas para alcançá-los.

Estar permanentemente atenta e sensível às necessidades, potencialidades e carências da região em que a Instituição está inserida, estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os regionais, prestar serviços especializados à comunidade, promover programas de extensão e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade.

¹ Em conformidade com o PDI, p. 8.

3.2. Dirigentes

A Instituição é administrada por uma diretoria.

Prof. Dr. Nelson Gentil – Doutor em Matemática pelo Mackenzie em 1992

3.3. Órgãos colegiados²

A Instituição é composta pelos seguintes órgãos colegiados:

- Conselho Superior: órgão máximo de natureza normativa, deliberativa e consultiva no âmbito das questões institucionais;
- Conselho de Coordenação: órgão normativo e deliberativo máximo em questões institucionais de natureza didático-pedagógica;
- Colegiado de Curso: órgão normativo e deliberativo com foco restrito às matérias didático-pedagógicas do curso a que se refere.

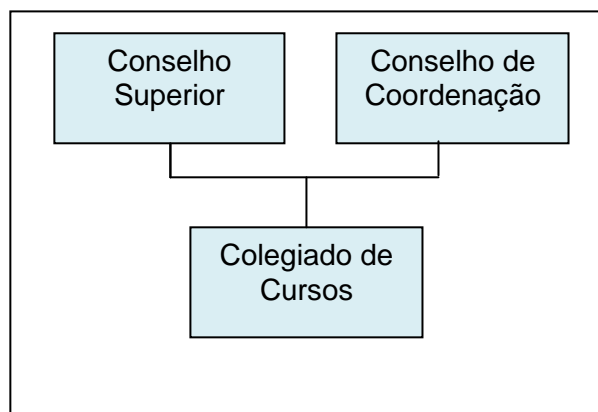
3.4. Organograma da FAMO

Organograma institucional e acadêmico

As figuras 1, 2 e 3 apresentam o organograma, respectivamente, dos núcleos normativo-deliberativo, acadêmico-administrativo e administrativo.

1. Organograma Institucional e Acadêmico

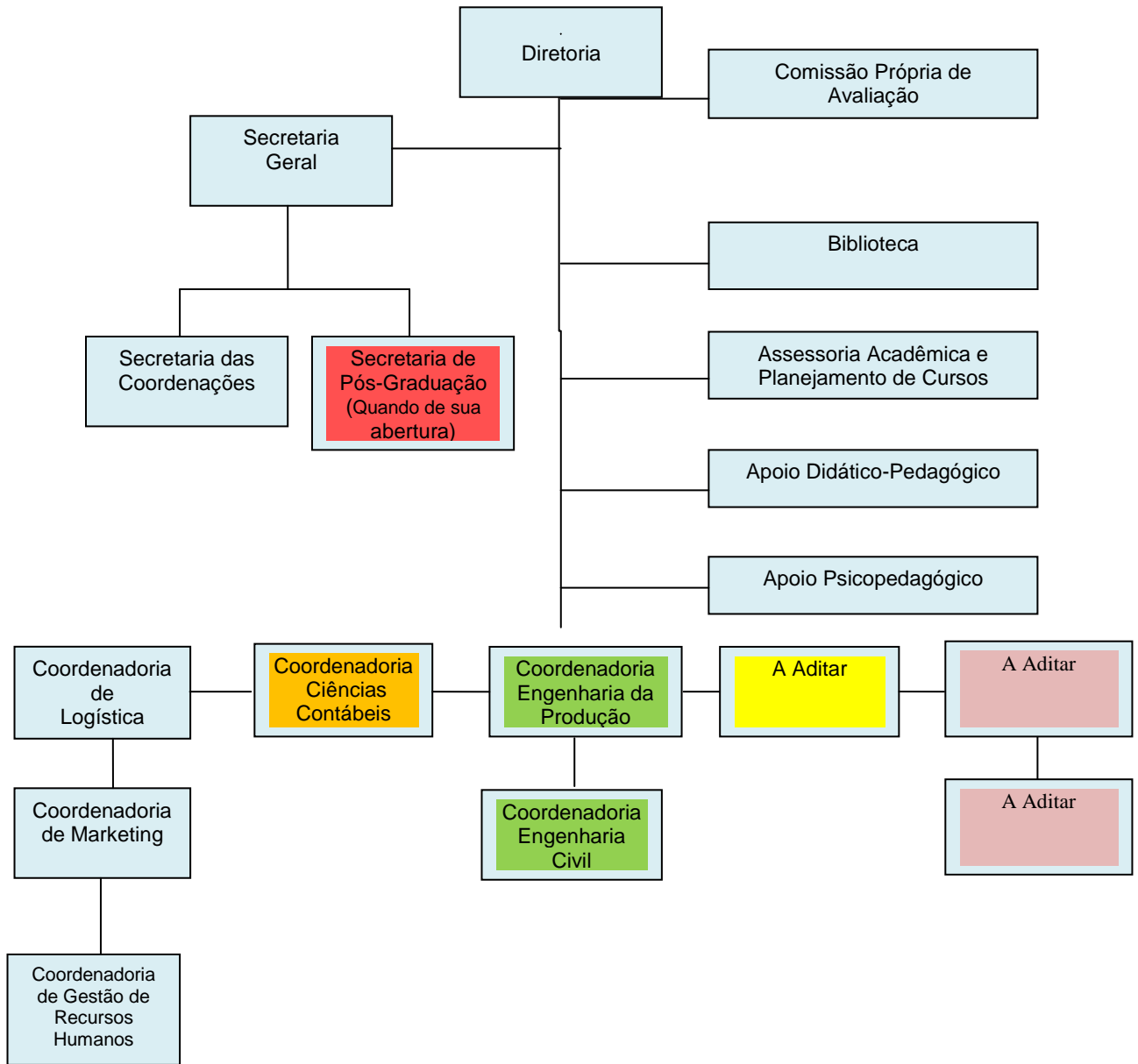
As figuras 1, 2 e 3 apresentam o organograma³, respectivamente, dos núcleos normativo-deliberativo, acadêmico-administrativo e administrativo.



² Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (p. 71 a 73).

³ Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI

Figura 1: Núcleo normativo-deliberativo



- Cursos pedidas autorizações em 2010
- Cursos pedidas autorizações em 2013
- Cursos pedidas autorizações em 2014
- Cursos a aditar - 2016
- Cursos a aditar - 2017

Figura 2: Núcleo acadêmico-administrativo

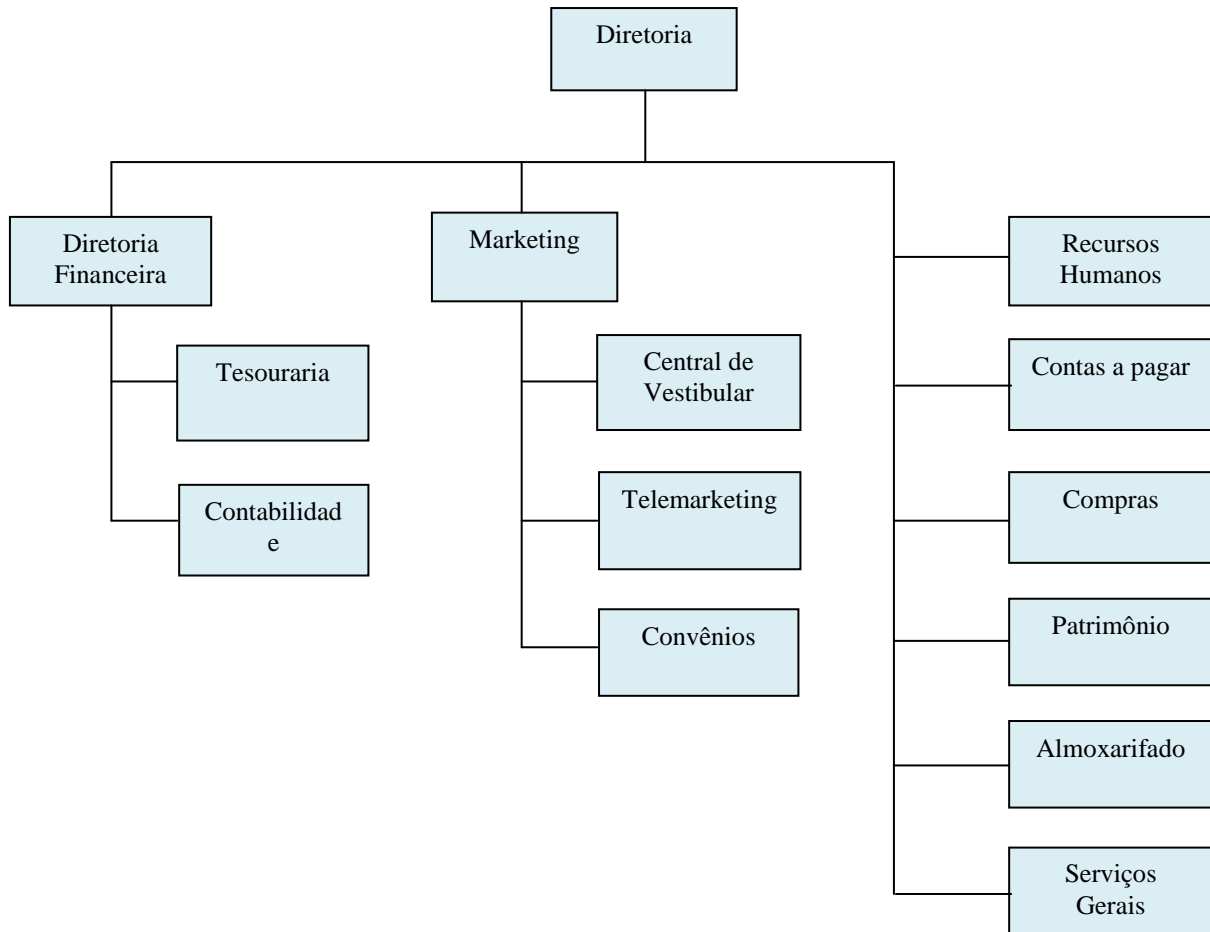


Figura 3: Núcleo administrativo

Parte II – Projeto de Avaliação Institucional da FAMO

1. Introdução

Atualmente, a Avaliação Institucional é uma realidade no campo das políticas universitárias, dos governos, de vários organismos internacionais de financiamento da educação, e uma das necessidades estruturais da Educação Superior Brasileira, tanto no plano acadêmico-pedagógico, quanto no das exigências legais. A Avaliação da Educação Superior apresenta-se como uma das prioridades do Governo Federal e, dessa maneira, assume papel fundamental no contexto das instituições de ensino do país. A Lei nº. 10.861 de 14/04/2004, que implanta o SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior), corrobora tal prioridade, na medida em que, é, também, parte de uma política de Estado.

Muitos estudiosos dessa temática têm destacado a indiscutível importância de se avaliar uma Instituição de Ensino Superior (IES), visando à construção de um conceito de qualidade de ensino mais condizente com a pós-modernidade. A avaliação surge como uma das mais ricas oportunidades para redefinir ou reafirmar a missão institucional e seus valores, revelando-se excelente exercício formativo para a comunidade acadêmica, que passa a se responsabilizar pelo uso dos resultados por ela produzidos.

As necessidades advindas da Avaliação Institucional vêm desencadeando estudos, reflexões e propostas na busca de modelos e programas educacionais apropriados, em consonância com o contexto a que se destina e voltados para a utilização das tecnologias de informação e comunicação.

Essa tem sido a postura teórico-metodológica e política da Avaliação Institucional na FAMO que fundamenta-se em princípios capazes de suportar um modelo de avaliação proposto pela CPA-FAMO, além de sedimentar uma cultura em avaliação universitária.

Assim sendo, tal modelo enfoca potencialidades, limitações e conduz a comunidade institucional a olhar reflexivamente sobre um sentido mais amplo de qualidade, como poderíamos exemplificar em Demo (1999, 3), quando diz:

“Na qualidade não vale o maior, mas o **melhor**; não o extenso, mas o **intenso**; não o violento, mas o **envolvente**; não a pressão, mas a **impregnação**”.

2. Missão da Avaliação Institucional da FAMO

“Gerar, convergir, congregar, analisar, sistematizar e divulgar informações de diversas naturezas de acordo com as necessidades da FAMO, contribuindo para a otimização do processo acadêmico nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão e do processo técnico-administrativo, garantindo, no papel dos processos avaliativos, a articulação necessária com as comunidades interna e externa e com os mecanismos regulatórios do Estado”.

3. História da Avaliação Institucional

A FAMO, ao desenhar seu modelo de Instituição, entre outras importantes iniciativas, dispôs-se ao exercício constante de rever e avaliar, não só o seu desenvolvimento, como também o cenário universitário do País e do mundo, a fim de otimizar seu processo de consolidação. Assim sendo, sua proposta de Avaliação Institucional mostra a compreensão desse processo como uma das condições imprescindíveis a uma atuação de qualidade.

“Na FAMO, entendem seus dirigentes que seu trabalho deva ser por dois prismas:

- na sua globalidade, enquanto seus propósitos maiores;
- nas suas etapas intermediárias, quanto ao atendimento dos objetivos que levarão ao alcance da missão que se pretende.

Nesse sentido, a avaliação não deverá assumir um caráter denunciador, mas, sim, de detectar as conquistas e as falhas para propor alternativas de correção, de supressão, de reforço, de conservação, de nova conotação ou de novas possibilidades das ações inicialmente propostas. O processo é, portanto, dinâmico, no ir e vir, no interpretar e no agir.”

Consta do regimento da FAMO a preocupação com a avaliação, esta representa o pensamento e envolvimento de seus dirigentes com questões acadêmicas desde os primórdios da Instituição.

Já em 2010, quando se planejou e se pensou na abertura da FAMO, a avaliação foi um de seus primeiros atos. Nomeia-se, assim, por ato da Mantenedora, sua primeira Comissão, atendendo à Lei 10.861, de 14 de abril de 2004.

Em virtude do contexto histórico da Instituição e, ainda, das produções da literatura da área, a Comissão elabora o projeto de Avaliação Institucional por meio do qual prioriza a:

- definição teórico-metodológica do processo de avaliação institucional da FAMO;
- estruturação dos processos técnico-científicos da Avaliação Institucional;
- atualização de processos de comunicação da Avaliação Institucional;
- abrangência da Avaliação em relação ao Institucional.

As determinações e diretrizes da Diretoria desencadeiam um processo que, priorizando o atendimento das necessidades e solicitações das Coordenações, acrescerá significativamente, o plano de trabalho da Avaliação Institucional.

Em relação à sua autonomia, desde as primeiras discussões sobre a constituição da primeira CPA, ficou bem claro o papel da CPA como “uma célula do INEP na Instituição”⁴, a CPA construiu seus próprios processos eletrônicos, trabalhando com professores da Instituição, das áreas da informática e estatística. Conta, também, com professores especializados em análise de discurso, revisão das produções escritas, redação de metodologias, análises qualitativas de resultados quantitativos e outras especificidades.

Como consequência, o processo de comunicação ampliou-se, pois, além das possibilidades dos recursos eletrônicos, a CPA visa a consolidar Encontros na Comunidade Institucional: com alunos ingressantes, professores ingressantes, coordenadores novos na função e com alunos representantes de classes. Ao sistematizar esses Encontros, coloca em prática o que anuncia o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES, especificamente, na Dimensão 4.4 que trata do processo e dos meios de comunicação com a sociedade.

Quanto ao processo de descentralização, a Avaliação Institucional deu um salto qualitativo ao alocar professores representantes das áreas de conhecimento, prestando assessoria voltada ao intercâmbio entre a Comissão de Avaliação e os Cursos. O objetivo deste projeto é o de descentralizar decisões, ações e resultados da Avaliação Institucional, na medida em que são compartilhados com professores e alunos e o de legitimar o processo da Avaliação na comunidade institucional. Com a participação do GAAVI e as assessorias dos trabalhos da CPA, a legitimação da Avaliação institucional será consolidada, conforme anuncia o SINAES, de forma a preconizar a participação como base do tecido da auto avaliação.

Nesse processo evolutivo de trabalho, ampliado e reorientado pela inserção do SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior), instituído pela Lei nº. 10.861, de 14/04/2004, intensas discussões e esforços serão depreendidos pela CPA, a fim de cumprir e acompanhar as inovações e melhorias trazidas pelo SINAES.

Assim, o longo do tempo o Projeto de Avaliação Institucional elaborado passa continuamente por revisões e melhorias, no qual os processos/projetos/ações são pensados e sistematizados em função das necessidades da IES, de seu entorno e atendendo à Lei SINAES.

⁴ Fala da Profa. Dra. Iguatemy, em Capacitação de Coordenadores de CPA – Brasília, 2009.

Conforme se pode verificar, a história da Avaliação Institucional na FAMO vem sendo construída desde os primeiros momentos da IES, de forma paciente, segura e integrada ao contexto, no sentido de se tornar parte do fazer cotidiano da Instituição, numa atitude construtiva e formativa.

4. Objetivos da Avaliação Institucional

Pelo fato de que os objetivos do Projeto de Avaliação Institucional, instituídos em 1994, terem sofrido acréscimos e reformulações decorrentes da Lei nº 10.861, optou-se por registrá-los uma só vez, na parte que descreve o Projeto já reformulado (ver item 8).

5. Fundamentos

As observações constantes no item anterior são válidas também para os fundamentos do Projeto de Avaliação Institucional da FAMO.

6. Fundamentação Teórico-Metodológica

A CPA fundamenta suas ações nas concepções da “Avaliação Iluminativa”, Parillet & Hamilton (1992), segundo as quais as ações de “tomada de decisões” ou de “inovação”, “criatividade nas soluções de questões”, vêm sendo, cada vez mais, vinculadas a um processo de avaliação. Mas, exatamente por ser a “avaliação um domínio em desenvolvimento...” entendemos que esteja em processo de construção e, portanto, carregada de preocupações que se vinculam ao seu papel, valor de uso, funções etc.

Esta conquista histórica vinculou-se a concepções teóricas que objetivam tais resultados as quais, por repetido uso, transformaram-se em paradigmas. Quanto à palavra paradigma, observa-se que possui um conceito muito amplo. No entanto, referimo-nos àquele ligado a determinadas formas de ver as coisas, ou seja, de determinadas filosofias de vida, visão de mundo e até de “ortodoxia intelectual”. Segundo T. S. Kuhn (in Triviños, 1987, 43), “um paradigma prescreve áreas de problemas, métodos de pesquisa e padrões de solução e explicação aceitáveis pela comunidade acadêmica que o endossa”.

Dialogando nesse sentido, utilizamos como base dois paradigmas que orientam os processos avaliativos mais frequentes:

a) O paradigma tradicional: adotado, freqüentemente, nas ações avaliativas que priorizam os resultados. O elemento fundamental de sua preocupação são os resultados finais de um processo avaliatório e não o processo na sua totalidade. A metodologia volta-se para a adoção de modelos prontos, com fatores padronizados e controle absoluto, no qual variáveis isoladas, atitudes, opiniões estão, absolutamente, descartadas. Nessa metodologia de generalizações, os valores “pré-definidos” derrubam quaisquer resultados atípicos, por mais reais que se apresentem.

Tal paradigma tem um modelo “*a priori*” que não permite inserir as “preocupações pessoais” dos envolvidos, o movimento real do ambiente em avaliação. Enfim, traz grandes possibilidades de desviar a atenção do avaliador das questões mais importantes da prática educativa e atê-la ao simples registro de resultados.

b) o paradigma socioantropológico: difere, fundamentalmente, do paradigma tradicional em conceito, metodologia e resultados. Poderíamos afirmar que seus preconizadores têm convicções filosóficas distintas que definem outra visão de mundo e outra maneira de atuar nos processos educativos. É um paradigma alternativo, em uso crescente nos sistemas sociais ou educacionais, com preocupações voltadas aos “indivíduos” e “instituições”, em lugar da mensuração e precisão. Muito aplicado em estudos de programas ou outras situações em processo, tal paradigma considera diversas óticas como, por exemplo:

- experiência dos alunos;
- movimento gerado pela prática cotidiana;
- interferências que aparecem no andamento dos processos;
- interesse dos envolvidos;
- influências das diversas situações existentes.

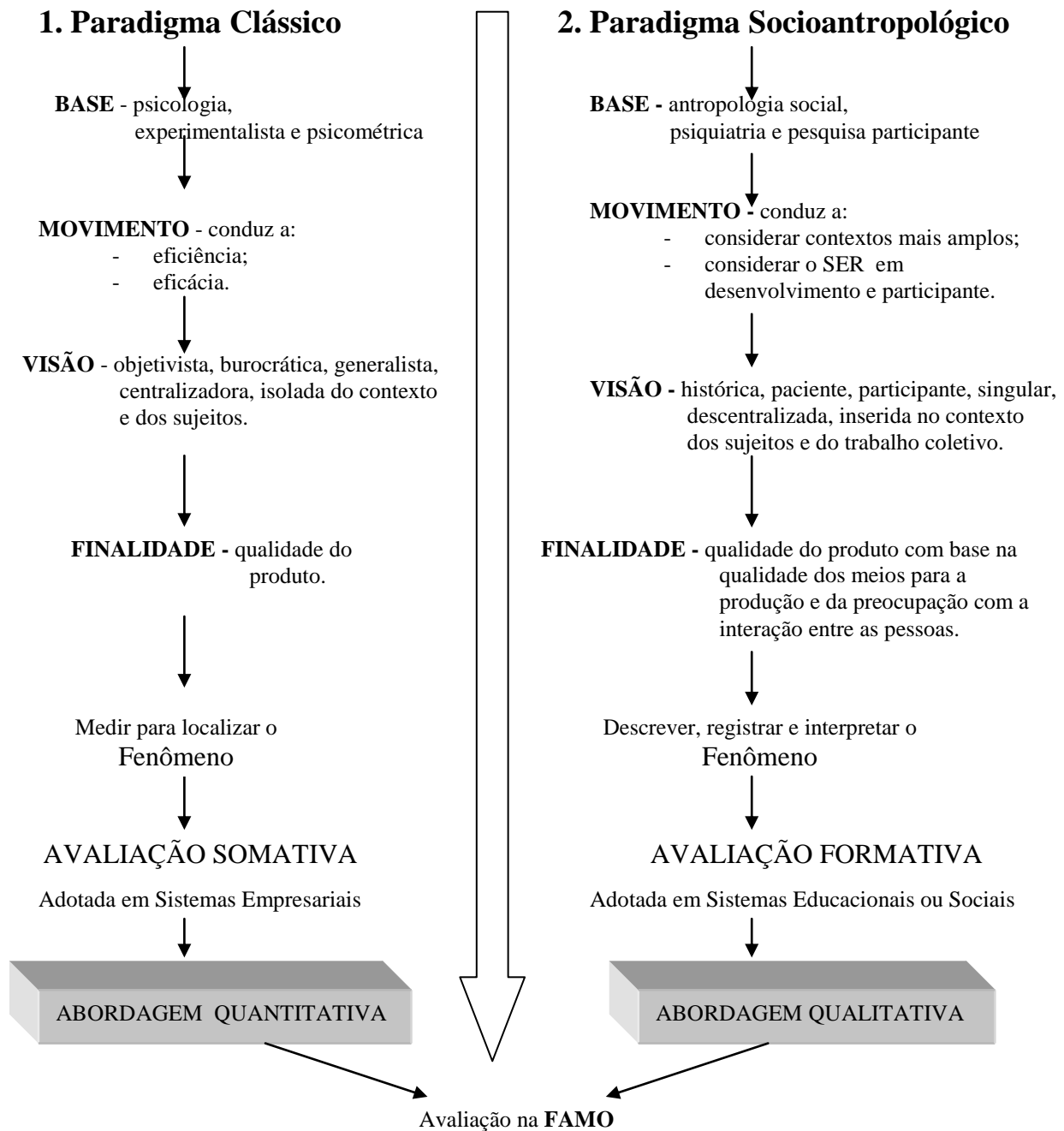
Avaliar o sistema de ensino nesse paradigma significa considerar o contexto socioantropológico no qual professores e alunos e corpo técnico-administrativo trabalham juntos.

6.1 Organização e métodos da avaliação iluminativa⁵

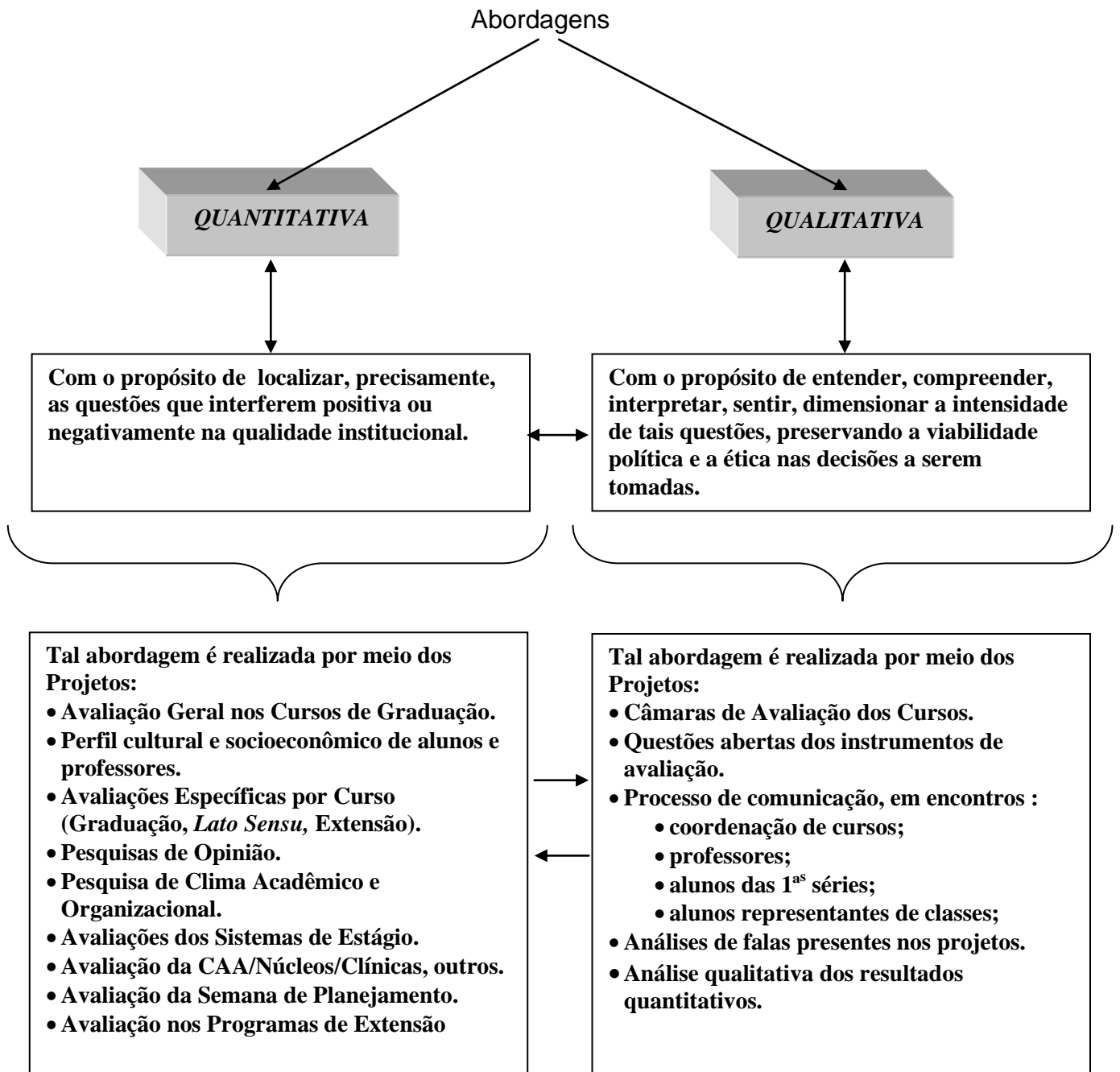
⁵ Tognarelli, V. Avaliação Institucional: a práxis da construção de uma metodologia . Revista UNICSUL.

Segundo Hamilton (1992), a “avaliação iluminativa não é um ‘pacote metodológico’ padronizado, mas uma estratégia geral de pesquisa. Ela visa a ser ágil e eclética. A escolha das táticas da pesquisa não deriva da teoria científica, mas de decisões tomadas, em cada caso, para escolher as melhores técnicas disponíveis: o problema dita a utilização de certos métodos, e não o contrário”.

A CPA, valendo-se de tal convicção, traçou sua metodologia de ação combinando os paradigmas citados.



A avaliação na FAMO busca interagir as:



É válido observar que as reformulações do projeto original de autoavaliação da FAMO se deram mais no sentido de uma meta-avaliação, ou seja, avaliar o exercício até então vivenciado, para ampliá-lo e ajustá-lo ao momento atual. Porém, as convicções, diretrizes e fundamentação teórico-metodológica que sustentam o projeto permanecem. E ainda, por ser, justamente, processo é possível que no desenvolvimento da atual proposta sofram as reformulações necessárias.

7. Proposta atual do Projeto de Avaliação Institucional da FAMO

7.1. Considerações Iniciais

“A avaliação interna é um processo contínuo por meio do qual uma instituição constrói conhecimento sobre sua própria realidade, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar relevância social. Para tanto, sistematiza informações, analisa coletivamente os significados de suas realizações, desvenda formas de organização, administração e ação, identifica pontos fracos, bem como pontos fortes e potencialidades, e estabelece estratégias de superação de problemas.

A avaliação interna ou auto avaliação é, portanto, um processo cíclico, criativo e renovador de análise, interpretação e síntese das dimensões que definem a IES.”⁶

Princípios fundamentais do SINAES⁷

- responsabilidade social com a qualidade da educação superior;
- reconhecimento da diversidade do sistema;
- respeito à identidade, à missão e à história das instituições;
- globalidade, isto é, compreensão de que a instituição deve ser avaliada com base em um conjunto significativo de indicadores de qualidade, vistos em sua relação orgânica e não de forma isolada;
- continuidade do processo avaliativo.

A CPA entende que as responsabilidades da operacionalização deste amplo sistema de Avaliação estão compartilhadas entre a Instituição e os Órgãos Governamentais, proponentes do novo processo e que a ambos compete o sucesso do sistema. Na verdade, entende a parceria como uma oportunidade em, efetivamente, construir-se, em conjunto, a cultura da avaliação na educação superior do Brasil, evidenciando, assim, a grande diferença entre esta e a mera ação avaliativa factual, isolada e deslocada de uma visão de conjunto e contexto em que se dá a educação de cada instituição, de cada região e, finalmente, do País.

⁶ Roteiro de Autoavaliação Institucional – Brasília – DF – 2004 MEC/INEP/CONAES, p.. 11

⁷ Roteiro de Autoavaliação Institucional – Brasília – DF – 2004 MEC/INEP/CONAES, p.. 07

Como na FAMO este conceito vem sendo exercitado desde seu início de vida como Instituição, a Comissão sentiu eco nas suas convicções e motivou-se em pensar seu processo, mesclando seus objetivos e ações com os propostos pelo SINAES.

Nessa formulação, valeu-se dos documentos norteadores do SINAES, nos seus próprios documentos e na metodologia adotada para tais formulações e levantamento de novas propostas.

7.2. Objetivos da CPA

- coordenar os processos internos de avaliação da Instituição, sistematizar e prestar informações ao INEP/MEC;
- envolver e articular, na execução do projeto, múltiplos instrumentos, em diferentes momentos e em diferentes agentes;
- aglutinar potencialidades e forças em torno do tema avaliação;
- articular o trânsito Instituição/CONAES/INEP.

7.3. Regulamento da CPA

Constituída a CPA, foi elaborado seu Regulamento, com a participação da Comissão e Direção. Na sequência, reformularam-se os objetivos e os fundamentos da Avaliação Institucional, conforme se identificam nos itens que seguem.

8. Objetivos da Avaliação Institucional

8.1. *Objetivos Gerais – SINAES*

- “Avaliar a instituição como uma totalidade integrada que permite a auto-análise valorativa da coerência entre a missão e as políticas institucionais efetivamente realizadas, visando à melhoria da qualidade acadêmica e ao desenvolvimento institucional”.
- “Privilegiar o conceito da autoavaliação e sua prática educativa para gerar, nos membros da comunidade acadêmica, autoconsciência de suas qualidades, problemas e desafios para o presente e o futuro, estabelecendo mecanismos institucionalizados e participativos para a sua realização.”⁸

⁸ Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior. Brasília. MEC.CONAES, p..20.

8.2. *Objetivos Específicos do Projeto de Avaliação da FAMO*

- estimular o processo de auto avaliação e autocrítica, como elementos fundamentais para o crescimento pessoal, coletivo e institucional;
- valorizar a representatividade e a participação como condição para a conquista de um processo avaliatório legitimado pelos que dele participam e se beneficiam;
- considerar que a avaliação não é um processo apenas técnico, mas também uma questão política, por ser espaço de atuação humana;
- conhecer como se inter-relacionam as atividades acadêmicas em suas dimensões de ensino, pesquisa, extensão, gestão, administrativas e sociais;
- impulsionar os mecanismos de retorno sobre a atuação universitária à comunidade interna e à sociedade, em consonância com as demandas científicas e sociais da atualidade;
- relacionar ações avaliativas às bases conceituais que orientam os Projetos Pedagógicos dos cursos na FAMO;
- atender e ajustar-se, em seu âmbito de atuação, às determinações legais (em especial a Lei nº 10.861 de 14/04/2004) aos decretos e portarias que regulamentam os procedimentos da avaliação na Educação Superior Brasileira;
- atender e ajustar-se, em seu âmbito de atuação, às concepções, diretrizes e orientações do Sistema nacional da Educação Superior – SINAES;
- atender e ajustar-se, em seu âmbito de atuação, às determinações estabelecidas nos documentos orientadores e reguladores da Faculdade Porto das Monções;
- atender às determinações, orientações ou solicitações da entidade mantenedora do Instituto de Ensino Campo Limpo Paulista;
- incentivar os membros e profissionais da Comissão Própria de Avaliação, no sentido de realizar estudos e pesquisas fundamentadas em suas atividades na Comissão.

9. Fundamentos

O Projeto de Avaliação Institucional fundamenta-se nas seguintes referências, bem como as atende:

A- Documentos Externos

- EDITAL n.º 1/93: SESU/PAIUB: diretrizes nacionais para a Avaliação das Instituições Brasileiras.

- DECRETO 3.860, de 09/07/01, que dispõe sobre a organização de ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências.
- Lei nº. 10.861, de 04/04/2004, que implanta o SINAES - Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior.
- Portaria Ministerial nº. 1.180, de 06/05/2004.
- Decreto, de 28/05/2004, que compõe a CONAES – Comissão Nacional de Avaliação de Educação.
- Portaria nº. 2.051, de 09/07/2004, que regulamenta os procedimentos do SINAES.
- *Sugestão de Relatório Auto avaliação CONAES/ INEP 2005;*
- *Portaria nº. 300, de 30 de janeiro de 2006.*
- *Portaria Normativa 01, de 10 de Janeiro de 2007.*
- *Ofício 000913, de 30 /04/2008.*

B- Documentos – SINAES:

- Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior;
- Roteiro de Auto avaliação Institucional – 2004 ;
- *Avaliação Externa das Instituições de Educação Superior: Diretrizes e Instrumento – 2006;*
- *Novo Instrumento de Avaliação Institucional Externa, de 2 de outubro de 2008.*
- SINAES – da Concepção à Regulamentação.

C- Documentos Internos

- Projeto da Faculdade Porto das Monções.
- Documentos regimentais, reguladores e orientadores que regem internamente a FAMO.
- Projeto de Avaliação Institucional da FAMO.

D- Novos conhecimentos surgidos:

- na área da avaliação;
- nas propostas decorrentes das experiência vividas pela CPA;
- nos subsídios fornecidos pela Meta-Avaliação Somativa na FAMO;
- no material disponível por meio de comunicação eletrônica (*sites, homepages etc.*);
- nas necessidades surgidas no âmbito dos órgão gestores da Instituição;
- nas páginas do INEP-MEC-CONAES-ENADE.

10. Procedimentos Metodológicos

O eixo norteador do processo de Avaliação Institucional da FAMO baseia-se na abordagem qualitativa, que postula o envolvimento, a participação e a expressão dos envolvidos, agora, amplamente priorizados no SINAES. Segundo José Dias Sobrinho (2000, 34) “A avaliação, em suas dimensões internas e externas, deve procurar apreender a multiplicidade das faces e os sentidos normalmente escondidos e tentar reconstruir significativamente as partes integrando-as no conjunto da Instituição”. Nesse sentido, os procedimentos metodológicos adotados pela CPA, voltados à compreensão, sensibilização e planejamento das reformulações em seu processo original, estiveram atentos aos conceitos acima.

O processo de sensibilização estará presente em toda a trajetória de compreensão, elaboração e divulgação do projeto de avaliação da CPA e deverá permanecer enquanto existir Avaliação Institucional nesta Instituição. Porém, inicialmente este processo intensificou-se a partir da participação em eventos internos e externos.

10.1. *Eventos Externos*

Participação da CPA em:

- a) Seminário de Avaliação do Ensino Superior.
- b) Congressos

10.2. *Eventos Internos*

Vários eventos serão realizados na FAMO, a fim de intensificar o processo de sensibilização e preparação do novo projeto.

- a) Seminários de conscientização sobre o SINAES.
- b) Capacitação de docentes e coordenadores ingressantes.
- c) Conscientização dos docentes e discentes em relação à importância do processo avaliativo, como forma de gestão participativa da IES.
- d) Capacitação para as reformulações internas e externas em referência à Lei Sinaes e ao processo avaliativo, quando de sua necessidade.
- e) Desenvolvimento de uma cultura avaliativa na IES, como forma de integração das partes atuantes no processo participativo de gestão da IES.

Outras programações estão sendo estudadas em continuidade a este procedimento que deve ser constante para manter o interesse e o envolvimento da comunidade institucional e externa, sempre que possível.

10.3. Formulações no processo a partir das Dimensões do SINAES

“O princípio de todo esforço voltado para o conhecimento é o da comunicação” (Schleiermacher apud Sobrinho: 2000, 18).

Partindo desta afirmação que, segundo a coordenação da CPA, é um princípio fundante nos processos de construção do conhecimento e, em especial, na educação, a CPA pretende refinar seus procedimentos metodológicos sempre em função das Dimensões da Avaliação Institucional (lei nº 10.861, art.3º).

A coordenação da CPA julgou necessária uma atuação bastante primorosa na vivência do processo de reflexão, discussão e levantamento de novas propostas, a partir das dimensões acima citadas. Julgou que na vivência de seus procedimentos metodológicos de preparação e elaboração de projeto, dever-se-ia compromissar e programar todo o seu desenvolvimento, concluindo com a elaboração dos Relatórios Finais.

A comissão de CPA atendendo os requisitos legais, igualmente, planejou a realização de reuniões entre CPA e as áreas/setores institucionais que, inevitavelmente estarão incluídos, pois as dimensões apontadas, em número de dez, envolvem a Instituição em sua totalidade.

Nessas reuniões discutiu e analisou a formulação de documentos e de propostas futuras.

Como a avaliação é um processo contínuo e por ser processo está em constante modificação, aprimoramento e atualização, essa comissão de CPA passou a estudar os documentos recém lançados em especial a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES no. 65, elaborada conjuntamente pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES, Diretoria e Avaliação da Educação Superior - DAES e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, cuja formulação teve como referência os princípios e diretrizes do SINAES e os padrões de qualidade da educação superior.

As reuniões ocorreram em dois momentos diferenciados:

10.3.1. Momento de estudo das dimensões e levantamento de propostas

Consistiu em:

- a) Estudo do *Roteiro de Auto Avaliação Institucional*;
- b) Análise critério de relevância da auto avaliação da e na IES;
 - Distribuição deste material aos profissionais envolvidos em reuniões com os membros da CPA para exposição das ações a serem realizadas que se resumiram em leitura do material e reflexão sobre a relação entre cada dimensão, o modelo sugerido e as reflexões nele exigidas e as áreas/setores dos profissionais envolvidos, identificação de ações avaliativas existentes tanto nas áreas / setores, quanto na CPA e apontamento da continuidade, reformulação ou exclusão das referidas ações, que viessem ao encontro de suas necessidades e às dimensões em estudo.
- c) apresentação de novas ações avaliativas, pertinentes às suas áreas/setores;
- d) Análise da sugestão de roteiro e forma de institucionalizá-lo;
- e) Elaboração de material relativo às versões parciais e integral;
- f) Estabelecimento dos prazos para escrita e entrega dos documentos que embasarão o relatório;

As reuniões foram realizadas entre março a agosto de 2015 e as propostas serão recolhidas em setembro de 2015.

10.3.2. Momento de Consolidação e Validação das propostas

Durante o andamento do processo avaliativo, a CPA pretende ouvir as respostas da comunidade interna de maneira que todos participem. Procurar-se-á, ainda, colher opiniões da comunidade externa por meio dos representantes da CPA.

Na sequência, serão realizadas ampla leitura e compatibilização entre:

- as propostas de cada área/setor;
- as propostas inter-setores;
- as propostas das áreas/setores em relação ao processo de avaliação institucional;
- e o conjunto de propostas em consonância, coerência e atendimento às dimensões.

Este processo propiciará, em sua totalidade, uma proposta específica de atendimento à cada dimensão contemplando todas, incluindo outros itens.

Em posse desse conteúdo, a coordenação da CPA realizará reuniões com os proponentes a fim de validar as propostas, efetuando os ajustes necessários. Dessa maneira foi pensado o rol final dos processos, projetos e ações não só da avaliação institucional,

como da auto avaliação contida em cada área ou setor. Os membros que não prestam serviços na CPA, também participarão das reuniões dos dois momentos descritos.

O quadro a seguir tem por finalidade expor a abrangência do envolvimento que este procedimento proporcionará.

10.3.3. Áreas e setores envolvidos no processo

O registro contido no quadro abaixo não segue a estrutura orgânica hierárquica da Instituição.

Área	Envolvidos / setores
Diretoria	Diretoria
	Secretaria Geral
	Bibliotecária
	Área de Assessoria Acadêmica e de Planejamento de Cursos - AAPC
	Ouvidoria
Mantenedora	Mantenedores
	Marketing
	Diretoria Administrativa Financeira
Graduação	Coordenadores de Graduação
	Área de Assessoria Acadêmica e de Planejamento de Cursos - AAPC
	Coordenação dos Cursos de Extensão
	Ouvidoria
Extensão	Coordenadores de Cursos
	Secretaria Geral
CPA	Coordenação
	Membros

10.3.4. Natureza das propostas

Na vivência destes dois momentos, além da validação das novas propostas bem como das existentes, será possível uma reflexão mais ampla sobre as ações que constituem um processo avaliativo. Entende-se o processo num sentido mais amplo e completo, em que avaliar não consiste apenas no levantamento de dados com finalidade exclusiva de expor um juízo de valor, mas transcendem a esta concepção. Entende-se que documentos que descrevem, relatam, explicam fatos, acompanhados de apreciações avaliativas, são imprescindíveis no processo avaliativo como um todo.

11. Síntese da Proposta de Avaliação Institucional

11.1. Processos, projetos e ações da CPA

A síntese das propostas, relativamente ao processo de Avaliação Institucional, totalizam processos, projetos e ações, entrelaçando todas as existentes em seu processo

original e as novas propostas. O rol a seguir distribui as propostas por processos independentemente de suas naturezas.

Processos/Projetos/Ações	Finalidades
1. Processo de Planejamento	
1.1 Relatório Geral sobre o Plano de Trabalho da Avaliação Institucional.	- prestar contas à Mantenedora e Comunidade Institucional quanto ao Plano de Trabalho da CPA.
2. Processo de Avaliação	
2.1 Avaliação na GRADUAÇÃO	
2.1.1 Perfil cultural e socioeconômico de professores e alunos da Graduação	- estudar e apresentar os resultados sobre o perfil de professores e alunos da FAMO.
2.1.2 Avaliação Geral na Instituição nos Cursos de Graduação	- Avaliar aspectos gerais institucionais pelos alunos e professores, no Ensino de Graduação.
2.1.3 Avaliação Específica dos Cursos de Graduação – Currículos	- avaliar o Ensino de Graduação nos aspectos fundamentais dos Projetos Pedagógicos dos Cursos.
2.1.4 Câmaras de Avaliação dos Cursos de Graduação	- Avaliar o Ensino de Graduação nos aspectos fundamentais dos Projetos pedagógicos dos Cursos (abordagem qualitativa)
2.1.5 Pesquisa de opinião com alunos concluintes da Graduação.	- Avaliar a imagem que o graduando leva da FAMO ao concluir seu curso e o nível de satisfação dos mesmos com a Instituição.
2.2 Avaliação na Pós-Graduação	
2.2.1 Avaliação dos Cursos de <i>Lato Sensu</i>	- avaliar o ensino de Pós-Graduação nos aspectos fundamentais dos Projetos Pedagógicos dos cursos de <i>Lato Sensu</i> .
2.2.2 Avaliação dos Cursos de Extensão	- avaliar o ensino de Pós-Graduação nos aspectos fundamentais dos Projetos Pedagógicos cursos de Extensão.
2.2.3 Perfil cultural e socioeconômico de professores e alunos da Pós-Graduação	- estudar e apresentar os resultados sobre o perfil de professores e alunos da Pós-Graduação da FAMO.
2.3 Avaliação em outras áreas/setores institucionais	
2.3.1 Pesquisa de Clima Organizacional	- Avaliar o nível de satisfação dos funcionários técnico-administrativos em relação ao seu trabalho na FAMO
3. Processo de Comunicação e Sensibilização da Comunidade Acadêmica	
3.1 Encontros da CPA com os alunos das 1 ^{as} séries dos Cursos de Graduação	- esclarecer e sensibilizar alunos ingressantes sobre a Avaliação Institucional da FAMO.
3.2 Encontros da CPA com alunos representantes de classe dos cursos de Graduação	- comunicar os resultados dos processos da Avaliação Institucional da FAMO.
3.3 Encontros da CPA com professores ingressantes na FAMO	- esclarecer e sensibilizar professores ingressantes, sobre a Avaliação Institucional da FAMO.
3.4 Encontros da CPA com Coordenadores de Cursos	- esclarecer e sensibilizar os coordenadores de cursos, ingressantes

(ingressantes na função)	na função, sobre a Avaliação Institucional da FAMO.
3.5 Participação da CPA em reuniões: - da Diretoria; - das Coordenações de Cursos; - de outros setores institucionais.	- expor propostas e resultados da Avaliação Institucional vivenciados pela CPA.
3.6 Página Web	- divulgar a Avaliação Institucional e as atividades da CPA por meio de comunicação eletrônica.
3.7 Painel CPA	- Organizar e instalar processo de exposição (comunicação) dos resultados da Avaliação Institucional, em painel apropriado.

Os processos do rol de propostas do Projeto de Avaliação Institucional na FAMO asseguram todas as dimensões do SINAES, os objetivos da Avaliação Institucional especialmente a missão a que se propôs: “gerar, convergir, congregar, analisar, sistematizar e divulgar informações de diversas naturezas de acordo com as necessidades dos diversos setores da FAMO, contribuindo para a otimização do processo acadêmico nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão, garantindo, no papel dos processos avaliativos internos, a articulação necessária com os mecanismos regulatórios do Estado.”.

11.2. Propostas avaliativas complementares

Os relatórios de natureza descritiva/avaliativa expostos acima, integram o processo de auto avaliação, na medida em que complementam o atendimento às 10 dimensões do SINAES, quando somados às avaliações realizadas pela CPA. Tais relatórios serão elaborados pelas áreas/setores envolvidos no processo de Avaliação Institucional, descritos no item 10.3.3.

11.3. Informações Complementares

11.3.2. O espaço da Avaliação Institucional como locus de estudos e pesquisas

Uma das mais importantes metas que vêm orientando o processo de Avaliação Institucional na FAMO consiste na determinação de que este não seria um processo revestido da função de prestação de serviço, de assessoria ou de apoio com caráter apenas técnico-administrativo. Mas, antes disso, que o processo criasse a oportunidade para formação de um espaço no qual fosse possível realizar trabalhos baseados na “práxis” da pesquisa em avaliação, ou seja, avaliar pesquisando e pesquisar avaliando.

12. Considerações em processo

Pensar o projeto em função do SINAES foi realizar uma meta-avaliação somativa em relação à avaliação”.

Podemos afirmar que a comunidade institucional esteve presente através da sua representação na CPA.

Neste momento ímpar de criação e implantação de um processo avaliativo as dimensões não foram tomadas como um “instrumento técnico e limitador”, mas, sim, como possibilidade de levantamento de temas capazes de agregar diversas áreas/setores institucionais, envolvendo-os, entrelaçando interesses e expectativas, centralizando sugestões, organizando propostas e, nesse pano de fundo, desenhando o cenário da participação e do novo processo de Avaliação Institucional.

Na verdade, os temas foram assumidos não como ponto de partida, mas de continuidade na “..construção de um amplo processo de discussão e reflexão sobre diversas facetas e atividades institucionais, permitindo o aprofundamento do conhecimento e compreensão destes”.⁹

Enfim, a metodologia “construída” nesta fase de reflexões, estudos, propostas e definição do projeto final foi acertada para as especificidades desta Instituição.

Na FAMO, entendem seus dirigentes que seu trabalho deva ser por dois prismas:

- na sua globalidade, enquanto seus propósitos maiores;
- nas suas etapas intermediárias, quanto ao atendimento dos objetivos que levarão ao alcance da missão que se pretende.

Nesse sentido, a avaliação não deverá assumir um caráter denunciador, mas, sim, detectar as conquistas e as falhas para propor alternativas de correção, de supressão, de reforço, de conservação, de nova conotação ou de novas possibilidades das ações inicialmente propostas. O processo é, portanto, dinâmico, no ir e vir, no interpretar e no agir.

⁹ Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior. Brasília. MEC.CONAES, pg. 18

Bibliografia

- BALZAN C. N & SOBRINHO D. J. **Avaliação institucional**. São Paulo: Cortez, 2000.
- BOGDAN, R. C. & BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**. Porto Alegre: Porto Editora, 1994.
- BRASIL. Comissão Nacional de avaliação.PAIUB. Documento Básico. Brasília, 26.nov/1994. **Avaliação**. Campinas, ano 1, n.1, jun/1996.
- CAPRA, F. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 1994.
- DEMO, P. **Avaliação qualitativa**. 6a ed. Campinas: Autores Associados, 1999.
- _____. **Participação é conquista – noções políticas social e participativa**. Fortaleza: Ed. Da EFCE, 1985.
- FRANCO, M. L. P. B. "O que é Análise de Conteúdo". In: **Avaliação de currículos e de programas**. Brasília: Instituição de Brasília, 1997.
- GAMBOA, S. S. (Org.) et FILHO, José C. S. **Pesquisa educacional: quantidade qualidade**. São Paulo: Editora Cortez, 1995.
- LEITE, M. C. L. **Avaliação e relações de poder: PAIUB e exame nacional de cursos**. Texto utilizado no curso de pós-graduação na disciplina: Currículo, Conhecimento e Estrutura do Poder. UFPEL, 1997.
- MORIN, E. "O desafio da complexidade."In Morin. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1998.
- PARLETT, M. & HAMILTON, D. Avaliação iluminativa: uma nova abordagem no estudo de programas inovadores. In: Eda C. B. M. de Sousa (Org.) **Avaliação de currículos e programas**. Brasília: Instituição de Brasília, 1997.
- PENNA, A.G. **Percepção e realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- PIZZI, J. **Ética do discurso**. Porto Alegre: Ed. PUCRS, 1994.
- SOUZA, E.C.B.M. **Avaliação em instituições de ensino superior. leituras complementares**. Brasília: Instituição de Brasília, 1998.
- TRIGUEIRO, M. G. S. **A avaliação institucional nas Instituições brasileiras**. Mimeo. Brasília: 1997.
- TRIVINOS, A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais. a pesquisa qualitativa em educação. o positivismo, a fenomenologia e o marxismo**. São Paulo: Ed. Atlas, 1987.

Artigos

- TOGNARELLI, V. Avaliação institucional: a práxis da construção de uma metodologia. **Revista FAMO** (no prelo).

Documentos e Leis

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

- Bases para uma nova proposta de Avaliação da Educação Superior. Brasília.DF. MEC.2003.
- SINAES – Da Concepção à Regulamentação. Brasília.DF. INEP. 2004.
- Lei 10.861 de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior –SINAES.
- Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior. Brasília.DF.MEC. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES. 2004.
- Roteiro de Autoavaliação Institucional – 2004. Brasília.DF. MEC. Instituto Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES – 2004.
- Avaliação Externa das Instituições de Educação Superior: Diretrizes e Instrumento. Brasília.DF. MEC. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES. 2006.
- *Decreto, de 28/05/2004, sobre a CONAES – Comissão Nacional de Avaliação de Educação.*
- *Portaria nº 2.051, de 09/07/2004, que regulamenta procedimentos do SINAES.*
- *Sugestão de Relatório Autoavaliação CONAES/ INEP 2005;*
- *Portaria nº. 300, de 30 de janeiro de 2006.*
- *Portaria Normativa 01, de 10 de Janeiro de 2007*
- *Ofício 000913, de 30 /04/2008.*
- Novo Instrumento de Avaliação Institucional Externa – CONAES / DAES / INEP – 2008.
- Nota Técnica INEP/DAES/CONAES no. 65 de 09/10/2014.